

Toras vão para a China "legalmente"

WILSON NOGUEIRA
Correspondente

Manaus — "Somos a única empresa autorizada a exportar madeira em toras da área a ser inundada pela hidrelétrica de Samuel, no Estado de Rondônia". A afirmação é do diretor da Indústria e Comércio Limitada — a RR Timber — Salvador Fernandes, que no ano passado embarcou para países do continente asiático 250 mil metros cúbicos de madeira em toras pelo porto da cidade amazônica de Itacoatiara, a 280 quilômetros de Manaus, na região do médio Amazonas. "Esta investigação da Polícia Federal não chegou ao nosso conhecimento", rebateu o empresário, contestando informações da Polícia Federal de que a RR Timber responde inquérito por suspeita de contrabando de madeira de valor comercial no País entre espécies sem colocação no mercado doméstico.

Definindo a atividade de sua empresa como "patriótica" por exportar madeiras que fatalmente ficariam submersas, Salvador Fernandes explica que os futuros embarques estão garantidos por liminar expedida pela Justiça Federal. Explica que a exportação de madeira em toras era proibida antes mesmo da recomendação do presidente José Sarney ao ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, em 13 de outubro do ano passado. "A exportação da RR Timber é executada em caráter de

exceção, visando a transformação de um bem que seria fatalmente destruído em divisas para o País", disse. A explicação do empresário conduz a uma indagação: de onde foram retirados os 29 mil metros cúbicos de madeira em toras exportados para a China, no ano passado, pela Norin Indústria e Comércio de Madeira Limitada, do empresário Miron Fogaça, apontado pela deputada Elizabeth Azize (PSDB-AM) como testa-de-ferro do senador Carlos Alberto di Carli (PMDB-AM)?

Salvador Fernandes afirma que os embarques da RR Timber em Porto Velho (RO) são devidamente fiscalizados pelos órgãos competentes, inclusive pela Polícia Federal, acionada, segundo ele, devido à denúncia de contrabando. "Mas asseguro que a nossa empresa não está metida nesta história. Pelo contrário, concordamos plenamente com o combate ao contrabando de madeira de valor comercial para fora do País, pois além de não deixar divisas é predatório", argumentou. O que há, na avaliação dele, é uma confusão do nome da RR Timber, com escritório em Itacoatiara, com outras empresas que operam no ramo, também localizadas naquela cidade. "Nossos investimentos são altíssimos e não iríamos correr este tipo de risco", avallou.

EXPORTAÇÃO

O empresário afirmou que a sua empresa pretende disciplinar esta atividade.

IBDF não vê contrabando

O diretor de Industrialização e Comercialização do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Marco Antônio Castello Branco não entende como "contrabando" as toras de madeiras que estão sendo exportadas para a China pelo porto de Itacoatiara, no Amazonas. No seu entender, se as madeiras obtiveram liminar na Justiça para cumprir o contrato de vendas ao exterior, assumido antes da vigência da Resolução 168/88 do Concec, que a partir de 9 de dezembro último proibiu a exportação de madeiras em toras, elas estão realizando uma operação legal "e contrabando, como foi citado, é um termo muito forte", disse o diretor.

De qualquer forma, foi de Castello Branco que partiu a instrução para que a

Delegacia do IBDF, em Manaus, fosse investigar, juntamente com agentes da Polícia Federal, a denúncia de que estariam sendo embarcadas toras de madeira de elevado valor comercial no País, quando este tipo de comércio com o exterior está proibido desde 9 de dezembro do ano passado. Naquela ocasião o diretor do IBDF encontrava-se em Santarém realizando um curso e, agora, afirma que está apenas aguardando o laudo do Instituto de Pesquisas da Amazônia quanto à procedência da madeira.

A exportação ilegal de madeira em toras não é uma prática comum no Amazonas, segundo Castello Branco, devido ao volume do material e à dificuldade para transportá-lo e até mesmo embarcá-lo.

de continuar exportando madeira em toras retirada da hidrelétrica de Samuel para países da Ásia, principalmente o Japão, Coreia e China. A empresa, segundo ele, assinou compromissos anteriores às medidas governamentais com os importadores estrangeiros e a Justiça já garantiu que eles serão cumpridos. Entende Salvador Fernandes que a exportação de madeira em toras de áreas a serem inundadas por hidrelétricas não contribuem para a devastação da floresta Amazônica, como entendem os ecologistas. "Final, o que é melhor: deixar a madeira no fundo dos rios, produzindo gases tóxicos que matam peixes ou exportá-la, transformando em divisas para o País?". Pelos cálculos da RR Timber, a hidrelétrica de Samuel deveria produzir, se liberada em tempo hábil, no mínimo, um milhão de metros cúbicos de madeira. Aponta ainda que no fundo do rio Uatumam (AM), Hidrelétrica de Balbina, estão mais de 6 milhões de metros cúbicos de madeira. "Tudo isso deveria ser transformado em dólares", mostra o empresário, revelando que a cotação da madeira branca no mercado internacional está em torno de 60 dólares (FOB).

Salvador acredita que o Governo brasileiro repensará na sua decisão de proibir definitivamente a exportação de madeira em toras, criando critérios para disciplinar esta atividade. "Não bastasse isto, ainda existe a atenção dos fiscais do IBDF nos principais portos de saída, atentos à marcação que é feita em cada tora derrubada. "Mas grave que esta preocupação, são as queimadas indiscriminadas que ocorrem com frequência na Mata Amazônica", disse o diretor do IBDF. E exemplificou que em 1988 o Brasil exportou em torno dos 20 milhões de dólares mas, em compensação, perdeu 2,5 bilhões de dólares em madeiras queimadas.

Ontem o senador Carlos Alberto de Carli, do PTB do Amazonas, negou-se a responder à deputada Beth Azize, que acusou o empresário Miron Fogaça, que está sendo apontado como um dos exportadores de toras, de ser testa-de-ferro do senador.